



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

PRACTICE OF THE PSYCHOLOGIST IN THE UNIQUE SOCIAL ASSISTANCE SYSTEM – SUAS

José Elinaldo Silva Santos¹

e2572

<https://doi.org/10.47820/acertte.v2i5.72>

PUBLICADO: 05/2022

RESUMO

À priori, se faz necessário refletir sobre o fato de que a política social não pode estar dissociada dos apelos conjunturais, pois segue atendendo à materialização dos interesses do capital, principalmente quando analisamos as políticas que foram direcionadas para a classe menos favorecida da população. Como a sociedade é dual, essa realidade repercute sobre a instituição das políticas públicas brasileiras, formando-as e retroalimentando-as. A fratura social decorrente da desigualdade de oportunidades, distribuição de recursos e bens, assim como a posições dos atores na estrutura social, está relacionada ao nível de fluidez social, às possibilidades de mudanças de classes, à competição entre os indivíduos e à distribuição de oportunidades entre grupos sociais. Este trabalho tem o objetivo geral de conhecer como é atuação do psicólogo dentro do SUAS. Como objetivos específicos são elencados: conhecer as barreiras que o psicólogo enfrenta neste campo de atuação; identificar quem é o público que utiliza o serviço SUAS. O trabalho é de natureza bibliográfica. Como resultados, se conclui que o trabalho do Psicólogo no SUAS parte de uma proposta interdisciplinar que busca integrar áreas em prol da questão social.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. SUAS. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

It is necessary to reflect on the fact that social policy cannot be dissociated from conjunctural appeals, as it continues to serve the materialization of capital's interests, especially when we analyze the policies that were aimed at the less favored class of the population. As society is dual, this reality affects the institution of Brazilian public policies, forming them and providing feedback. The social fracture resulting from inequality of opportunities, distribution of resources and goods, as well as the positions of actors in the social structure is related to the level of social fluidity, the possibilities of class changes, competition between individuals and the distribution of opportunities between social groups. This work has the general objective of knowing how the psychologist works within SUAS. As specific objectives are listed: to know the barriers that the psychologist faces in this field of work; identify who is the public that uses the SUAS service. The work was bibliographical in nature. As a result, it is concluded that the work of the Psychologist at SUAS is part of an interdisciplinary proposal that seeks to integrate areas in favor of the social issue.

KEYWORDS: Psychology. SUAS. Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

A atuação do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social - SUAS se caracteriza enquanto um campo novo de estudos. Nesse contexto, se parte do princípio de compreender a prática

¹ Bacharel em Psicologia pela Universidade Potiguar – UnP – RN. Especialista em Neuropsicologia, Psicologia Clínica e Psicoterapia Infantil pela UnP e Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI – Espírito Santo



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

do Psicólogo no SUAS, auxiliando com os fenômenos de saúde mental enfrentados pelos indivíduos, pois estas consequências estão imbricadas ao contexto social.

Assim, não se pode dissociar causas emocionais do fenômeno pandêmico, pois o homem possui um corpo que pode ser acometido por uma enfermidade física, orgânica, emocional e espiritual.

Este trabalho tem o objetivo geral de conhecer como é atuação do psicólogo dentro do SUAS. Como objetivos específicos são elencados: conhecer as barreiras que o psicólogo enfrenta neste campo de atuação; identificar quem é o público que utiliza o serviço SUAS.

A relevância deste trabalho se encontra no sentido de contribuir para a compreensão do papel da psicologia no SUAS, buscando conhecer as características desse tema inovador, refletindo-se acerca da importância das contribuições da psicologia para o homem e a sociedade contemporânea.

A metodologia contribuiu para a delimitação dos métodos e técnicas que direcionaram a proposta desta pesquisa. A pesquisa qualitativa foi de cunho exploratório, utilizando-se como estratégia de investigação a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 48).

A coleta de dados foi desenvolvida a partir de uma base de dados anexados no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, na base de dados da CAPES, SCIELO e LILACS. A busca foi realizada utilizando-se os termos: Psicologia e SUAS.

A organização das informações presentes nos artigos passou por um processo em duas etapas, segundo indicação de Bardin (2009): 1ª - um inventário: nessa etapa os elementos foram isolados e seus conteúdos avaliados; 2ª - a classificação: análise das informações presentes nos artigos.

O processo de busca das evidências científicas se iniciou por consulta retrospectiva nas bases de dados. Os títulos e resumos identificados pela estratégia de busca foram avaliados seguindo critérios para elegibilidade (de inclusão e exclusão).

Foram incluídos neste estudo: artigos originais completos escritos em português, inglês ou espanhol, artigos que estejam entrelaçados com o tema: Psicologia e SUAS.

Foram excluídos deste estudo os trabalhos: de revisão, resumos e outras monografias, que não fornecerem detalhes suficientes em suas metodologias e resultados para responder à pergunta deste estudo. O conhecimento informa sobre o mundo e pode ser viabilizado por meio da relação entre os indivíduos como pais, professores, escritores, jornalistas dentre outros. Por esse ângulo, em busca do conhecimento, os seres humanos pesquisam sobre fatos, características, dados epidemiológicos e particularidades de determinados indivíduos.

Na pesquisa em questão, foram usadas fontes documentais extraídas da Plataforma de Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES, da plataforma SCIELO e LILACS. Para afunilar a busca, foram elencados, na caixa de diálogo do buscador, os seguintes termos acompanhados do



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

operador booleano: Psicologia AND SUAS AND usuários. Optou-se por usar o operador booleano AND, o qual se fundamenta na álgebra de Boole e permite efetuar operações de caráter lógico-matemático.

Entendendo-se artigos científicos como objetos de produção humana, conseqüentemente histórica, pode-se perceber a importância dessa análise para a investigação. Os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica podem fazer "reviver" momentos históricos, confrontar posições antagônicas, revelar "segredos" não percebidos pela dinamicidade do fluxo social.

PSICOLOGIA: TRAÇANDO UMA COMPREENSÃO

Antes da década de 1960, a Psicologia era uma disciplina, sendo ensinada em alguns cursos como Filosofia, Pedagogia, Teologia, Direito e Medicina, O primeiro curso de Psicologia surgiu em 1958, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP-SP, embora os cursos para formação de psicólogo só viessem a ser regulamentados em 27 de agosto de 1962 pela Lei nº 4.119 (RUBIANO, 2005). Em 27 de agosto de 1962, o então Presidente da República, João Goulart, sancionou a Lei 4.119 que tornava a Psicologia, de direito, uma profissão (CRP/SP, 2012).

Os serviços-escola tem como escopo a formação dos profissionais de Psicologia. Buscando interagir entre o conhecimento teórico e prático do fazer da profissão, o serviço-escola obtém um papel precursor no atendimento à população carente, que necessitava de um atendimento psicológico e que de outra maneira não se apresenta acessível. Esses serviços-escola, surgiram contíguo com o sancionamento da profissão (PERES; SANTOS; COELHO, 2003).

Ainda de acordo com os autores supracitados, o ambiente proporcionado pelas universidades com os serviços-escola fornece um meio para os universitários colocarem em prática o conhecimento aprendido por eles na sala de aula na forma de cadeira curricular, promovendo o aprendizado do estudante e ofertando o serviço à comunidade.

Os serviços-escola fornecem atendimento qualificado a população menos favorecida, da mesma forma que fornece ao estagiário uma maneira de acolher psicologicamente esta população, orientando-os na busca de meios para solucionar suas dificuldades (internas/externas), que se apresentam e interferem em seu bem-estar e no cumprimento das atividades cotidianas (FIGUEIREDO *et al.*, 2008). O autor ainda acrescenta que os serviços-escola necessitam estar em constante análise crítica sobre as suas obrigações e afazeres, evitando a institucionalização e conseqüente ineficácia dos serviços ofertados.

Algumas pesquisas realizadas em clínicas-escola brasileiras entre as décadas de 1980 e 1990, apontam uma elevada taxa de desistência dos atendimentos, mostrando que os serviços oferecidos pelas universidades também podem ser considerados ineficientes. (ANCONA-LOPEZ, 1983; SILVARES, 1996). Para Ancona-Lopez (1983), esse dado mostra um funcionamento bastante contraditório, de forma que tais instituições funcionam de forma assaz contraditória, onde grande parte dos pacientes que esperam por atendimento, poucos realmente são atendidos e menos ainda os que alcançam os objetivos do tratamento.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS vem ressignificando o campo de trabalho dos Psicólogos. De acordo com Perez (2005) as vagas para o Psicólogo estão aumentando nos concursos públicos, estando correlacionado ao processo democrático que o Brasil conquistou no século XX.

No cerne dessa questão, se firma, conforme Botarelli (2008) que os Psicólogos atuam cada vez mais na área das Políticas Públicas, tendo em vista que no ano de 2005 se consolidou sua participação no campo técnico da equipe dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

Quando se usa o vocábulo público, há uma oposição ao que é de natureza privada. Sendo assim, o que é público se relaciona diretamente à necessidade de que o Estado intervenha sobre as atividades humanas, respaldando-se no direito ao bem comum de todos os indivíduos. Por esse ângulo, Políticas Públicas tem relação precípua com o poder social, tratando especificamente sobre determinado fenômeno, na busca de solucionar problemas sociais. O termo política se complexifica em um conceito mais amplo, abrangendo o poder de ordem geral (DIAS; MATOS, 2012).

O termo *politics* se relaciona “ao conjunto de interações que definem múltiplas estratégias entre atores para melhorar seu rendimento e alcançar certos objetivos” (DIAS; MATOS, 2012, p. 2). Nessa acepção, a palavra *politics* pode estar relacionada à forma como uma empresa ou organização elabora sua política pública ou privada.

Sobre o termo *policy*, se refere às ações de um governo, às atividades de cunho social que prezam por assegurar os direitos e necessidades de dada sociedade. Para executar a política se toma uma autoridade legítima, capaz de alocar recursos para áreas específicas, como a educação dentre outras (DIAS; MATOS, 2012). Políticas Públicas envolvem atividades que se referem a ações governamentais. Para Azevedo (2003, p. 59),

[...]. isto não significa desconhecer que uma policy – o programa em ação – seja construída em função de decisões políticas – da *politics* ou da política-domínio – refletindo, assim, as relações de poder e de dominação que se estabelecem na sociedade.

Se alerta que na instituição de políticas públicas sempre existirá uma relação de poder, dando direitos a uns e cerceando o direito de outros. A palavra política foi originada do vocábulo *pólis* (vocábulo polissêmico), que pode corresponder a concepção de uma multidão de cidadãos (MORALES, 2008).

Conforme Morales (2008), *polis* pode ser definida enquanto sujeito de uma ação; objeto; espaço de moradia sob a jurisdição de um regime constitucional; categoria de análise (MORALES, 2008). Embasado na historiografia, a *polis* é definida como uma multidão de pessoas, excluindo-se as mulheres, crianças, estrangeiros e escravos, os quais eram “proibidos de sentar à Assembleia; excluídos do acesso à propriedade de terra, mas podiam exercer atividades militares ao lado dos cidadãos” (MORALES, 2008, p. 185).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

A palavra pública se origina do latim - publica - significando povo. A partir da etimologia das palavras política e pública, se conclui que ambas se referem ao desenvolvimento do trabalho do Estado, motivado pela participação do povo nas decisões (OLIVEIRA, 2010).

Por meio da Constituição Federal de 1988, foram assegurados o exercício dos direitos sociais e individuais, liberdade, segurança e bem-estar, igualdade, desenvolvimento e justiça (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA, 1988). No que diz respeito ao Capítulo II do Título VIII da Constituição, esta engloba os artigos de número 194 a 200, destinados exclusivamente à Seguridade Social (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Batista e Matos (2008) asseveram que a assistência social se cria associada à saúde e previdência social, os quais formaram o Tripé da Seguridade Social, possibilitando que no ano de 1993 fosse promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social, respaldando que é dever do Estado assistir o cidadão como sujeito de direito.

Segundo a Norma Operacional Básica/Sistema Único da Assistência Social NOB/SUAS (MDS, 2005), o SUAS se institui como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, cuja função é gerir o conteúdo específico da assistência social no campo da proteção.

Para atingir seus objetivos, o SUAS viabiliza várias ações, tendo em vista a redução e a prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos sociais, os quais surgem em decorrência do ciclo de vida, da fragilização dos vínculos afetivos familiares e comunitários (BATISTA; MATOS, 2008).

Nesse aspecto, o SUAS se organiza baseado em dois níveis de complexidade: a proteção social básica, com os Centros de Referência da Assistência Social CRAS e a proteção social especial, dividida em média e em alta complexidade, incorporando os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Dessa forma, o psicólogo que se insere nos CRAS tem a sua forma de atuação transformada, afastando-se de um modelo de trabalho clínico e elitizado para fazer um trabalho de cunho social e comunitário (YAMAMOTO, 2007).

Trindade e Teixeira (1998) asseveram que a inserção do psicólogo na atenção primária, como o CRAS, dá início ao desenvolvimento das comunidades, tendo em vista que é através do bem-estar dos sujeitos e dos grupos sociais que a autonomia destes se constrói, proporcionando sua inserção na sociedade de forma digna.

Por meio da Psicologia se pode compreender tais contextos que envolvem desastres e eventos, delimitando os objetivos e o conhecimento necessário para tal. Os pressupostos epistemológicos desta prática inovadora no contexto atual na América Latina e no Brasil incidem sobre a probabilidade de que um perigo impacte sobre um sistema socioeconômico com certo nível de vulnerabilidade, repercutindo sobre o papel da Psicologia, trazendo à tona a necessidade de acompanhamento psicológico.

Nesse âmbito, se definem os propósitos da Teoria da Crise, Intervenção em Crise, aliado às ideias postuladas pela Psicologia Positiva. Se supõe que as pessoas possuem habilidades para superar, de forma positiva, os efeitos da crise, por meio da prevenção do crescimento positivo e da



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

deterioração psicológica, a qual será facilitada pelo apoio social provido por instituições que potencializem a capacidade auto eficiente dos sobreviventes por meio dos primeiros auxílios emocionais (PAE).

Portanto, a Psicologia deve prover assistência visando fortalecer habilidades de enfrentamento em situações críticas, provendo um campo fértil para que o ser humano seja capaz de superar as dificuldades em virtude de problemáticas presentes no psiquismo depois do envolvimento em situações dramáticas.

Para isso, se devem compreender os fatores que geram o crescimento e desenvolvimento mesmo diante de situações adversas, sendo vital incentivar a elaboração de pesquisas empíricas que enfoquem os aspectos positivos e criativos do ser humano nestes eventos. Nesse sentido, não se deve focar na patologia, mas na promoção da saúde.

Caberá aos psicólogos buscar formação nessa área para saber interagir com as pessoas que se envolveram em eventos traumáticos. Isto inclui uma aproximação com conceitos de crise, intervenções em crise, resiliência, gerenciamento de desastres, entre outros. Portanto, se coloca em evidência o novo papel da psicologia, seus instrumentos de trabalho, além de capacitar estes profissionais, tendo em vista consolidarem uma prática responsável e adequada. A intervenção do psicólogo em situações trágicas buscará auxiliar a vítima na busca de sua reorganização psíquica e social, com o intuito de minimizar possíveis agravos da saúde, física e emocional.

SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA: INTEGRALIZAÇÃO NO SUAS

As políticas existentes voltadas para a assistência social são insuficientes, em decorrência disso, surge a interferência de Organizações Não Governamentais- ONGS, que vem atuando frente a essa questão, realizando um trabalho de assistência aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Essas políticas são ineficazes, pois não são realizadas no aspecto de resolver a causa do problema, apenas de suprir as necessidades básicas de sobrevivência, da mesma forma que não estão baseadas em um efetivo conhecimento acerca das demandas que conduzem essa população.

O Brasil é um país continental e possuidor de muitas desigualdades sociais que afetam milhares de indivíduos. As pessoas vulneráveis socialmente são o alvo mais escancarado das diferenças sociais. Correm incontáveis riscos todos os dias, expostos a todo tipo de violação física, moral e psicológica.

Para o serviço social, essas diferenças sociais representam a questão social que é objeto de atuação do profissional dessa área. A questão social representa todas as consequências do capitalismo, sistema adotado no país, e que afetam as camadas mais pobres.

Para lamamoto (2009a), o capitalismo gera desigualdades sociais, e, de acordo com o propósito da pesquisa, expressões dessa questão social afetam a população que precisa dos serviços do SUAS.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

O Serviço Social vivencia um momento de expansão dos campos de trabalho. A Lei nº 8.662/1993 que dispõe sobre a profissão do Assistente Social e acerca do Código de Ética (CFESS, 2011), auxilia na compreensão de suas atribuições, as quais devem pautar-se na ética e no compromisso com os direitos do cidadão.

A sociabilidade no cerne do capital difunde modos de pensar que conformam a (re) produção das relações sociais. Nesse contexto, cabe ao profissional do Serviço Social construir a contrarreforma do Estado, fortalecendo e consolidando uma racionalidade própria do período contraditório em que vivemos.

A partir da perspectiva de análise crítica da realidade, fundamentando-se em Marx, o Serviço Social analisa as determinações das relações capitalistas na constitucionalidade da profissão. Por meio da aproximação do Serviço Social às concepções de Marx, a profissão se traduz enquanto expressão, “[...] de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO, 2009b, p. 76).

Assim, devido aos condicionantes sócio-históricos e institucionais, determinados no viés do contexto brasileiro, no final da década de 1970, o Serviço Social se apropriou da questão social como determinante da realidade de sua profissão, desvelando o caráter social da sua intervenção, associado ao processo de lutas de classes em que se insere o Assistente Social.

As mudanças, no âmbito das políticas públicas, delinearam um projeto social que acentua a lógica mercantil e privatizante, resignificando o caráter público das ações assistencialistas e expandindo as parceiras público-privadas. Nesse contexto, o assistente social atua na defesa e orientação acerca do direito do cidadão no cerne da injustiça social.

Por circunstâncias sócio-históricas e institucionais do contexto brasileiro, marcado por embates, retrocessos e avanços no seio político, o Estado, ao mesmo tempo em que impõe a ideologia neoliberal, intervêm para atenuar seus efeitos por meio da mediação instrumentalizada de alguns profissionais, dentre os quais, o Assistente Social.

Conforme discutido anteriormente, cabe aos assistentes sociais permanecerem atentos às lutas sociais da classe trabalhadora e de outros segmentos, partindo da perspectiva da emancipação, à medida que os horizontes da proteção social vão sendo estreitados. A esse respeito, dentre as legislações que contribuem com a compreensão acerca do trabalho do Assistente Social, a Lei nº 8.662/1993 afirma, no art. 4º, que são competências deste profissional:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

Afirma-se, no artigo 5º da referida Lei, parágrafo XII, que o Assistente Social poderá “dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas”. Fazendo-se a leitura da Lei e, particularmente, dos artigos citados, identificam-se as características, ou seja, as demandas que requerem deste profissional uma intervenção, no sentido de que esta corresponda às necessidades sociais.

Esse documento em questão, reitera a posição dessa categoria agir em defesa dos direitos sociais, partindo-se do pressuposto que o Assistente Social é detentor de autonomia no processo de trabalho que está inserido, o que lhes permite desenvolver atividades comprometidas com os interesses sociais que se inter-relacionam nos espaços de trabalho.

Por meio do SUAS, o Psicólogo se integra ao Serviço Social de forma interdisciplinar, fazendo com que profissionais de diferentes áreas trabalhem de forma conjunta vivenciando desafios dentre os quais a escassez de recursos, as condições e meios de trabalho, fruto da contrarreforma do Estado em curso no país.

O desafio da interdisciplinaridade pressupõe mais do que a interação entre dois campos de atuação na área de saúde, pois de acordo com Luck (2001, p. 60), “pretende superar a fragmentação do conhecimento e para tanto necessita de uma visão de conjunto para que se estabeleça coerência na articulação dos conhecimentos”.

Para que se obtenha essa noção de conjunto é necessário que Serviço Social e Psicologia se engajem com o objetivo de facilitar o diálogo e a aproximação entre a questão social e o cotidiano dos indivíduos atendidos no SUAS. Nesse contexto, Serviço Social e Psicologia devem se envolver em um diálogo permanente sobre a questão social, compartilhando ideias acerca dos diferentes fenômenos sociais, enfim tendo, o que Fazenda (2012) chama, de atitude.

A partir de tais práticas, conforme Severino, (1998, p. 42) “é sempre articulado com as partes; dos meios com os fins; em função da prática, do agir; ser conduzido pela força de uma intencionalidade; só pode se dar como construção dos objetos pelo conhecimento; e sua construção depende fundamentalmente da pesquisa”.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

Portanto, para que exista uma prática interdisciplinar que una o Serviço Social e a Psicologia, deve-se pensar os conhecimentos a partir da sua contextualização e problematização, dialogando com sua própria realidade. Embora, haja um interesse institucional em favorecer a interdisciplinaridade, ainda são limitadas as iniciativas nesse sentido.

Nas Universidades e nas Escolas de Educação Básica, os modelos disciplinares e a estrutura dos currículos são desconectados, imperando a lógica funcional e racionalista para formação dos quadros técnicos e pedagógicos. Também é notável a resistência que teimam em se entrincheirar defendendo, cada um, a relevância de suas disciplinas.

Trabalhar a interdisciplinaridade em saúde implica numa sobrecarga de trabalho, no medo de errar, de perder espaços, em dividir os méritos com os colegas parceiros, enfim, romper com velhos hábitos e mergulhar no novo, no desconhecido. Não obstante, esses desafios são imprescindíveis para que a interdisciplinaridade seja entendida como uma condição essencial para auxiliar a população em situação de vulnerabilidade social, para a pesquisa e a inovação na contemporaneidade e sua importância permite um aprofundamento, sobretudo para a relação entre teoria e prática. Sem dúvida, é uma tarefa árdua e desafiadora.

Integrar o que sempre foi aprendido separadamente; religar o que foi desconectado; problematizar o que sempre foi dogmatizado e questionar o que sempre foi tido como um saber pronto. Conectar os saberes e, como ressalta Gadotti (1993), garantir a construção de um conhecimento globalizado, rompendo com as fronteiras das disciplinas. “A interdisciplinaridade será possível pela participação progressiva num trabalho de equipe que vivencie esses atributos e que vá consolidando essa atitude” (FAZENDA, 2012, p. 49).

A interdisciplinaridade requer o pensamento da complexidade, o qual serve para analisar o desenvolvimento (FIEDLER-FERRARA, 1998). O termo complexidade é de difícil conceituação, mas pode ser entendido como elementos que são essenciais para realizar uma tarefa, sendo definido, também, como a quantidade para retroalimentar um sistema, sendo concebido como a heterogeneidade, informação não acessível.

A complexidade pode ser definida ainda como de qualidade subjetiva e relativa, cuja estimativa depende dos fins de quem observa, envolvendo sistemas de ordem interna e externa.

Morin nomina a complexidade, do latim *complexus*, com o sentido do que é tecido junto, correspondendo à multiplicidade, enlace e interação de uma infinidade de sistemas e fenômenos imanescentes. (MORIN, 2015). De acordo com Morin (2006, p. 11),

utilizamos frequentemente a palavra complexidade, mas somos incapazes de separar e rejuntar os elementos dos quais estamos falando. Não conseguimos encontrar uma explicação e uma definição. É por isso que a palavra complexidade se torna uma palavra vazia, que tapa buracos. [...] Então por que estamos desarmados perante a complexidade? Porque nossa educação nos ensinou a separar e isolar as coisas. Separamos os objetos de seus contextos, separamos a realidade em disciplinas compartimentadas umas das outras. Mas, como a realidade é feita de laços e interações, nosso conhecimento é incapaz de perceber o *complexus* – o tecido que junta o todo.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

De acordo com Santiago; Andrade (2018), o paradigma da disjunção marca o mundo ocidental e o pensamento por ele produzido. Nesse sentido, se desarticularam espírito e matéria, filosofia e ciência, arte e ciência, sujeito e objeto do conhecimento. “Nesse contexto, torna-se difícil estabelecer ligações, fazendo-se necessária uma ruptura do ensino para se alcançar uma alteração da estrutura do pensamento, que religa ao mesmo tempo em que separa” (MORIN, 2006, p. 17).

Por meio da teoria da complexidade, Morin (2015) busca unir conhecimentos separados, o qual se desdobra em uma ética da união e da solidariedade entre os indivíduos, fortalecendo o senso de responsabilidade e de cidadania, fazendo com que aconteçam experiências existenciais, éticas e cívicas.

O método da complexidade se fundamenta na perspectiva de que a condição humana se baseia nas incertezas: a cognitiva e a histórica, sendo a primeira cerebral, tendo em vista que o conhecimento não se traduz como um reflexo do real, à medida em que é criado, havendo, portanto, o risco de erro.

No mesmo olhar, o conhecimento dos fatos sofre uma interpretação, pois decorre da incerteza na filosofia e na ciência. Tal incerteza histórica se relaciona ao caráter caótico da história humana, pois conhecer e pensar implica um diálogo com o que é incerto, não ambicionando produzir verdade absoluta. Para Morin (2015), se faz necessário ter o aprendizado para enfrentar o que é incerto em um mundo cujos valores são ambivalentes. (MORIN, 2015).

Assim, entende-se que o Psicólogo precisa estar atento a planejar suas atividades de forma criativa num movimento de ação-reflexão-ação para que pouco a pouco vá assumindo uma postura interdisciplinar no trabalho no SUAS, antes de tudo, tendo consciência de que, além de uma sólida formação na sua área de conhecimentos necessita se apropriar dos saberes de outras áreas, para poder dar conta do processo social.

Ao mesmo tempo, isso não significa que o conhecimento especializado, sistemático, analítico deixe de ter importância. Por fim, é oportuno observar que o Psicólogo sozinho, sem o devido suporte pedagógico e institucional, não conseguirão mudar as concepções secularmente instituídas, mas cabe a eles dar os primeiros passos. Nesse aspecto:

assim, o trabalho em equipe vai refletir este movimento dinâmico de relação entre o macro e micro que – pelo trabalho planejado e realizado do assistente social e psicólogo, entre outros pode oferecer uma atenção qualificada e integral à população no acesso aos seus direitos sociais. A atuação de assistentes sociais e psicólogos/as na Política de Assistência Social requer a construção de uma prática político-profissional capaz de aceitar o pluralismo e de tomar decisões “pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissional” (CFESS, 2007).

Portanto, é um compromisso ético-político que une assistentes sociais e psicólogos/as no SUAS, refletindo de forma crítica sobre as armadilhas contemporâneas de atribuir unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas e, como representante funcional do Estado, lutar contra a tendência de assumir posições de controle e coerção, garantindo os direitos no cerne da emancipação humana.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

PÚBLICO ATENDIDO PELO PSICÓLOGO NO SUAS

Somente desvelando e conhecendo o modo de vida dos homens é possível compreender como se constrói a consciência humana, desde que a considere enquanto um sistema integrado, em processo permanente, determinada pelas condições histórico-sociais. Neste aspecto, a significação somente terá sentido se for refletida em relação à realidade. Porém, o sentido subjetivo e pessoal que a significação tem para o homem se encontra dependente da forma como o indivíduo se apropria da produção histórica e social, ou seja, o sentido é pessoal e o significado é social e ambos constituem o principal componente da consciência do homem.

Fundamentando-se no exposto anteriormente, esse princípio da individuação vai se tornando sólido à medida que se amadurece e tem-se a consciência de si mesmo. Conceito central para o materialismo histórico-dialético, a realidade concreta deve ser compreendida através da abstração do real para o plano concreto por meio de categorias históricas de produção material, buscando chegar à totalidade. Alerta-se para o fato de que a realidade concreta se condiciona ao desenvolvimento das forças produtivas que embasam as relações de produção.

Devido ao desenvolvimento social, o novo conceito de família adotado após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, transformou o afeto no elo mais importante na união das pessoas em uma família, com sua presença imprescindível para a caracterização da entidade família. Sendo assim “cessado o afeto, está ruída a base de sustentação da família” (DIAS; BASTOS; MORAES, 2011, p. 28).

Embora o direito ao afeto não esteja expresso na legislação, pode ser extraído do princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais de proteção ao infante. Contudo, esse direito não se confunde com a obrigação de amar, tendo em vista que o amor é um sentimento subjetivo, não se podendo forçar que os familiares se amem entre si.

Por esse ângulo, a psicologia aponta que o abandono afetivo sofrido pelos filhos pode gerar consequências de ordem emocional e psicológica, influenciando o surgimento de patologias de ordem psicológica. Estudos e pesquisas sobre o assunto em questão demonstram que filhos abandonados tem maior incidência para desenvolver a depressão.

Portanto, o Psicólogo no SUAS poderá atuar auxiliando as famílias nas relações pessoais familiares, sobretudo, após a constitucionalização das relações privadas em que há a aplicação de normas constitucionais no intuito de respeitar a dignidade da pessoa humana. Nesse cenário, a responsabilidade civil também é aplicada nas relações de família, tendo em vista que a indenização por dano moral é um direito fundamental pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Outrossim, a violência é concebida como um fenômeno social que se caracteriza por meio de maus tratos, abusos e preconceitos, violando o direito humano fundamental de ser tratado com dignidade. Em relação à violência brasileira contra o idoso, a geração acima de 60 (sessenta) anos sofre de diversas formas com esse fenômeno (BRASIL, 2014).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

Nesse âmbito, as instituições sociais de assistência à saúde e seguridade ao idoso são frequentemente alvo de denúncias dos atos de negligência e maus tratos ao velho. As famílias que deviam proteger os idosos são as que prejudicam o envelhecimento positivo.

Nesse sentido, a pessoa idosa é concebida como um adulto velho, não se considerando a especificidade dessa fase de vida. As instituições de assistência social e saúde não conseguem cumprir com recursos e instrumentos que estruturam o cuidado ao idoso, como por exemplo o atendimento geriátrico e gerontológico, embora esteja prescrito em Lei.

Nesse aspecto, os idosos que não tem família ou sofrem da falta de afeto pelos familiares ou maus tratos físicos estão em leitos de hospitais ou em asilos, dependendo de cuidados que não são suficientes para lhes proporcionar benefícios sociais. A violência contra a pessoa idosa é um atentado a igualdade dos direitos humanos. Nesse sentido, faz-se necessário a conscientização social sobre como tratar esse fenômeno. Geralmente, a violência se concretiza por meio de preconceitos, maus tratos e abusos para com o idoso (BRASIL, 2014).

Esse assunto é bastante pertinente na contemporaneidade, pois tem a ver com o aumento da sobrevida do idoso. Assim, a violência contra o idoso pode estar representada sob várias formas, sendo realizada em diferentes situações sociais não havendo a possibilidade de obter a dimensão da sua abrangência.

Foram atendidos 124 casos, com 332 pessoas da família em atendimento e as demandas são identificadas por diferentes espaços, como: equipes dos CRAS, CREAS, Ministério Público, das Unidades Básicas de Saúde, da Rede de Atenção ao Idoso, entre outros órgãos governamentais e não governamentais que identificam a situação de violação de direitos, e posteriormente, encaminham o caso para a equipe Multidisciplinar, onde os técnicos de Serviço Social, Psicologia e Nutrição, munidos de informações acerca da situação do idoso, realizam entrevista e avaliação com o núcleo familiar e estabelecem o Plano Individual de Atendimento (APPIO; TRAMONTIN, 2012, p. 10).

Por meio dos atendimentos pelo Psicólogo foi constatado que houve a violação dos direitos dos idosos, ressaltando-se casos de negligência, maus-tratos, abandono pelos familiares, vulnerabilidade social, conflitos familiares, apropriação indevida de valores de benefícios previdenciários, retenção de cartão bancário por familiares, entre outros.

O Conselho Regional de Psicologia investe na participação ativa junto as instâncias de Controle Social, sendo interlocutores e protagonistas das políticas públicas das diversas regiões. Nesse contexto, a Psicologia contribui ativamente na execução de Políticas Públicas voltadas à produção de saúde e de cidadania.

O trabalho no SUAS se realiza por meio do enfrentamento dos processos de exclusão social, escutando e intervindo com práticas voltadas para a família, ao idoso em situação de vulnerabilidade social, o adolescente envolvido com drogas, dentre outros.

O conceito de políticas públicas como a ação estatal com propósito formulado de forma prévia precisa ser ampliado. Rúa (2014) enfatiza que as políticas públicas resultam da atividade política, compreendendo o conjunto das decisões e ações relacionados aos valores.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

Nessa acepção, se faz necessário refletir acerca de política pública e decisão política, tendo em vista que uma política pública diz respeito a decisões que orientam ações selecionadas de forma estratégica, objetivando implementá-las. A decisão política, corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, que dependem dos atores envolvidos, associado aos fins pretendidos e os meios disponíveis.

Assim, se observa que a política pública implica em decisão política, mas nem toda decisão política se consubstancia em uma política pública. Nesse aspecto, ações e decisões privadas, embora representem o interesse público não representariam atividade política e, nem tampouco, política pública.

Coutinho (2011), assevera que existem atores não estatais que influenciam a organização das políticas públicas em democracias modernas, ou seja, pessoas que fazem parte da sociedade civil. Secchi (2019) assevera que a essência conceitual de políticas públicas se institui como um problema público.

Assim, uma política pública possui a intenção de responder a um problema público. Dessa forma, se divide o conceito de política pública em duas vertentes: a primeira afirma que a política pública é estatal quando o ator protagonista é o Estado. No que diz respeito a política privada de interesse público, embora o protagonista não seja o Estado, o objetivo é enfrentar um problema da sociedade, como é o caso do fenômeno das drogas que abrange os adolescentes.

Dessa forma, é possível descrever política pública como campo do conhecimento que objetiva estimular a ação governamental. Para Bucci (2012), Políticas Públicas podem ser definidas como os programas e ações governamentais que coordena as atividades do Estado e das instituições privadas, a fim de que se possam prestar serviços relevantes para a sociedade.

Para Matias-Pereira (2017), o Estado tem a função de promover o bem-estar comum, sendo as políticas públicas direitos básicos dos cidadãos e de responsabilidade do Estado. Direitos como: educação, saúde, habitação, emprego e muitos outros, estão garantidos na constituição do país e os entes federados deverão promover atividade para que sejam garantidas a todos, promovendo um estado democrático e reduzindo as desigualdades sociais.

De acordo com essa temática, a ação do psicólogo é indispensável e serve para ajudar por meio de métodos participativos urgentes ou psicoterapias, a minimização do choque provocado pela situação (CARVALHO *et al.*, 2016).

A família é a primordial e imprescindível instituição onde é formada a criança em termos de indivíduo, sendo que a negligência, o desamparo, o abuso de poder, a profanação de direitos físicos e sentimentais dentro do próprio lar, termina incitando na criança um encadeamento de sofrimento psíquico provocado pelo procedimento de violência familiar (DAY *et al.*, 2003).

A frente disso existe um entendimento com a interferência multidisciplinar por meio da junção dos vários saberes para devolver a integridade perdida e possibilitar a melhoria de vida da criança que foi violentada (GARBIN, 2011).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

Nesse campo de atuação, se apresentam as políticas públicas que protegem o menor, criando uma rede de ajuda que tende a disponibilizar a recuperação no que diz respeito aos estressores encaminhados nesse cenário (CARVALHO *et al.*, 2016).

Esse sistema de ajuda é encaminhado pela própria família, centro de ensino, organizações políticas e projetos públicos, conselhos tutelares (CT), Laboratórios de Estudos a Criança (LACRI), repartições e institutos de psicologia, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), psicólogos emergentes, Centro Regional de Assistência Social (CRAS), Sistemas de Informação para a Infância e Adolescência (SAPEC) e vários outros que pretendem resgatar os procedimentos infantis violados nas organizações familiares (MILANI; LOUREIRO, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente compreender que a discussão ressaltou a importância do Psicólogo no SUAS. Todos os Estudos mostraram que a inserção do Psicólogo no SUAS têm cumprido satisfatoriamente suas propostas de atendimento à comunidade. Nesse aspecto, se conclui que a experiência vivenciada pelo Psicólogo é salutar, de movimento, de atenção às novidades imprevisíveis e intensidades de difícil captura.

A pessoa que procura pelos serviços da Psicologia é aquela que se aflige pelas escolhas que tem que fazer; sofre por suas perdas; tem que se haver com seus amores e desamores; se angustia diante da finitude e não tem como não se preocupar com sua vida. Tristeza, sofrimento, ansiedade, angústias, desespero, entre outros, perpassam o viver humano e são desta forma respostas ao que se apresenta. Em algumas circunstâncias e momentos da vida, é difícil lidar com o que se apresenta e com o que isto nos mobiliza, o que faz com que se recorra ao Psicólogo, tendo em vista acolher esse sofrimento.

Portanto, é o momento do Psicólogo experienciar múltiplos contextos de crise, num movimento de ação-reflexão-ação. Se enfatiza que essa prática deve se alicerçar na interdisciplinaridade, sintetizando a teoria e a vivência profissional, fazendo com que o Psicólogo se inclua no atendimento de Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

APPIO, Melissa; TRAMONTIN, Viviane Guedes. Serviço de proteção social especial para pessoas idosas e suas famílias. *In: A atuação do Psicólogo no SUAS. Revista Entre Linhas*, ano XII, n. 57, jan./fev./mar. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 15 dez. 2021.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 15 dez. 2021.

CFESS. **Proposta do CFESS para definição de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br Acesso em: 15 dez. /2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, 2003.

DIAS, Maria Berenice; BASTOS, Eliane Ferreira; MORAES, Naime Márcio Martins. **Manual das Sucessões**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo. Ed. Atlas, S.A., 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. et al. **O Que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. et al. **Práticas interdisciplinares na escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história teoria e pesquisa**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Loyola, 1991.

FIEDLER-FERRARA, Nelson. Ciência, ética e solidariedade. *In*: CARVALHO, Edgard de Assis *et al.* **Ética, solidariedade e Complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

GADOTTI, Moacir e BARCELOS, Eronita Silva. **Construindo a escola cidadã no Paraná**. Brasília: MEC (Cadernos de Educação Básica), 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. **Serviço social**, p. 341-375, 2009b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUCK, H. **Pedagogia da Interdisciplinaridade: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2001.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
José Elinaldo Silva Santos

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

MILANI, R. G.; LOUREIRO, S. R. Crianças em Risco Psicossocial Associado à Violência Doméstica: O Desempenho Escolar e o Autoconceito como Condições de Proteção. **Cadernos de Psicologia**, Natal, v. 14, n. 03, dez. 2009.

MORALES, F. A. A polis e seus outros: os metecos atenienses e a historiografia sobre a polis. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 18: 183-197, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução: Eloá Jacobina. 22. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de (coord.). **Ensaio de Complexidade**. 4. ed. Porto alegre: Sulina, 2006.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Percalços da escola e desafios da educação. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (Org.). **Educação na alternância: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro**. Goiânia: Editora da UCG, 2010.

PARANHOS, M. E. WERLANG, B. S. G. **Psicologia nas Emergências: uma Nova Prática a Ser Discutida**. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, v. 35, n. 2, p. 557-571, 2015.

ROWLEY, J. **Informática para bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2003.

RUA, Maria das Graças **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2014.

SAKS, Flavia do Canto. **Busca booleana: teoria e prática**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Gestão da Informação) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro; ANDRADE, Sinara Lacerda. A construção complexa do desenvolvimento: uma análise pelo prisma da teoria da complexidade. **Revista Brasileira do Direito**, v. 14, n. 2, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SEVERINO, Antônio. J. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 31-43.